

EM FAVOR DA PAISAGEM

FOR THE LANDSCAPE

**Maria Angela Faggin Pereira Leite**

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo.*

*E-mail: [mapleite@usp.br](mailto:mapleite@usp.br)*

DEPOIMENTOS

## RESUMO

O texto trata da área do Paisagismo a partir da evolução do entendimento do papel dos espaços livres urbanos e a consolidação de uma prática profissional, alicerçada por um método próprio que se dissemina entre os praticantes deste campo de trabalho.

Situa as práticas profissional e acadêmica de Miranda Magnoli no cenário histórico brasileiro, evidenciando sua contribuição no enfrentamento da fragmentação da cidade como objeto de estudo, sobretudo no âmbito da paisagem e do ambiente. Ressalta a vanguarda de Miranda na percepção da paisagem como entidade espacial vinculada ao contexto de produção e reconhece seu desafio na consolidação de uma área de conhecimento dentro de uma perspectiva democrática e plural.

**Palavras-chave:** Paisagismo, prática profissional, compreensão da paisagem.

## ABSTRACT

*The text approaches the field of landscape architecture from the perspective of the evolution of urban open spaces role and the consolidation of a professional practice, supported by a singular method that spreads among the practitioners of this area.*

*The academic and professional practice of Miranda Magnoli is placed in the brazilian historical cenario, emphasizing her contribution in dealing with urban fragmentation as a research object, specially in terms of landscape and environment. Miranda's avant-gard is revealed in her perception of landscape as a spatial entity linked to the context of economic production and recognizes her challenge towards the consolidation of a knowledge field within a democratic and plural perspective.*

**Key words:** Landscape architecture, professional practice, landscape understanding.

## EM FAVOR DA PAISAGEM

## FOR THE LANDSCAPE

A importância do Paisagismo na formação dos arquitetos ainda hoje não é consensual nem claramente reconhecida. Entender as ligações existentes entre a sociedade e seus lugares de vida, pressuposto essencial para tal reconhecimento, exige a consciência de que a paisagem é uma formação social, reflexo de todas as contradições e conflitos presentes no cotidiano da sociedade que a constrói.

Para Certeau (1980), as práticas cotidianas só podem ser entendidas a partir de determinações relacionais, ou seja, de modos de operação ou esquemas de ação arranjados no jogo das relações cotidianas. As relações cotidianas, por sua vez, exigem um substrato para sua manifestação, que é oferecido pela paisagem, sistema de poder o qual legitima simbolicamente a ordem existente.

Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social brasileira como área de improvisação de papéis informais ou área de potencialidade de conflitos e confrontos onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Se a paisagem urbana é suporte e resultado da vida social que a determina, é na própria estrutura de relações e processos sociais que deve ser buscado o entendimento da organização da vida cotidiana e das diferentes expectativas da sociedade em relação à cidade. E esse movimento dialético, no sentido emprestado ao termo por Certeau, o de tempos múltiplos compartilhando uma mesma cena, constitui o processo de formação da paisagem o qual, no Brasil, dá-se freqüentemente sem a superação das contradições, mas com a coexistência de padrões de vida e de consumo conflitantes.

O Paisagismo, como prática de ensino e de projeto iniciou-se no Brasil em torno da década de 50 do século XX, tendo como fonte de origem a experiência norte-americana do pós-guerra. De origem, fundamentalmente, urbana, as teorias paisagísticas californianas, que constituíram a base do ensino de Paisagismo na FAUUSP, onde a atuação didática de Miranda Magnoli foi um marco fundador, destacavam as questões sociais e econômicas emergentes do adensamento das cidades e da generalização do uso do automóvel, com mudanças importantes na relação entre espaços livres e edificados.

De acordo com Reis (2006), *“após a Segunda Guerra Mundial, com o fim do sistema colonial que havia sido implantado por países europeus na África e na Ásia, e com a liquidação dos mercados exclusivos para determinadas potências industriais, a expansão das grandes empresas exigiu a implantação de projetos de desenvolvimento urbano e regional em todos os continentes... que permitissem a circulação de mercadorias e sua distribuição em todos os quadrantes, em cada um dos países. ... No Brasil, esse processo teve impulso durante o governo Kubitschek, entre 1955 e 1960, ampliando-se nas duas décadas seguintes”*.

Em uma situação de desenvolvimento urbano acelerado e em um momento de inflexão das taxas de urbanização, era natural que surgissem, nas cidades, demandas por espaços de lazer

e circulação compatíveis com as novas características do processo de urbanização. E na escala regional, os primeiros estudos relacionados à capacidade estrutural da paisagem de responder aos desafios daquele processo. Era preciso distinguir, claramente, escala de atuação e escala de compreensão. Se, na escala da atuação, a paisagem é uma construção transtemporal, transversal, duradoura, e não unicamente um produto da disposição de objetos valorizados pelo simples fato de terem sido desenhados por especialistas, de forma análoga, na escala da compreensão, o Paisagismo é um modo de entendimento do espaço, que transcende o projeto, embora dele se utilize como forma de conhecimento da realidade. Sua finalidade última é a discussão dos benefícios que o projeto traz, não apenas para a qualidade urbana, mas para a sociedade, e sua contribuição maior está em procurar evitar a segregação social oferecendo possibilidades concretas de envolvimento das pessoas na determinação de seus lugares de vida.

A sociedade como a brasileira pauta-se pela segregação como norma de comportamento, de relacionamento e de estruturação e a crítica da paisagem deveria, necessariamente, transcender a crítica de suas formas para evidenciar o potencial que ela apresenta como indutora de certos comportamentos e relações sociais. O que se deveria buscar e manter na paisagem seria o valor concreto que a sociedade atribui aos seus lugares de vida e não valores abstratos de objetos concebidos como respostas racionais a situações ideais os quais terminam por se relacionar apenas entre si, formando, nos discursos, um conjunto perfeito, mas distante das reais necessidades do cotidiano.

Essas exigências estavam muito distantes do papel tradicionalmente atribuído aos paisagistas, o de emoldurar, com vegetação, os mais diversos tipos de intervenções urbanas, exaltando-os sem discutir os problemas gerados por exacerbado crescimento da cidade e o ônus que a total omissão quanto aos conflitos já bastante agudos decorrentes desse crescimento traziam à paisagem. Basta lembrar que em um período de aproximadamente duas décadas, 1950 e 1960, as discussões sobre o uso de vegetação nas cidades deixaram esquecidas questões importantes, como seu papel na proteção de recursos naturais – reservas florestais, mananciais e pontos de captação de água para abastecimento urbano. Ao mesmo tempo relegava-se à legislação a tarefa de regulamentar as áreas verdes obrigatórias previstas nos loteamentos ou projetos de expansão urbana, computadas sempre em conjunto com as áreas de circulação e cujos projetos de plantio, quando existiam, dificilmente passavam da proposição de massas genéricas, sem qualquer especificação de espécies.

Se até os anos 1930 a execução dos espaços não-edificados era simultânea à sua implantação ou, mais raramente, seguia desenhos genéricos previamente imaginados, aproximadamente a partir daquela década o Paisagismo adotou o projeto como método de organização espacial, incorporando à sua prática a seqüência das etapas consolidadas e difundidas pela prática da arquitetura. Projeto e paisagem se tornaram inseparáveis na busca de manter e conservar o valor concreto que a sociedade atribui aos objetos de seu cotidiano, pois a transversalidade da paisagem envolve a consideração, tanto da racionalidade de seus objetos quanto das formas de sociabilidade que eles incentivam ou desencorajam.

Além disso, as questões predominantes desse período histórico, e das quais não se podia mais fugir, eram os problemas da pobreza, da desigualdade e do excesso de população; os estudos sociológicos apontavam os grupos, e não mais os indivíduos, como a unidade básica da sociedade e essas características influenciavam, de forma marcante, os estudos e propostas no campo do Paisagismo, apontando para uma visão social do espaço público ainda por formular.

O próprio ritmo da cidade impunha grandes modificações ao cotidiano, exigindo maior agilidade no dispêndio do tempo e maior oferta de espaços para circulação de veículos e pedestres. Nas palavras de Miranda Magnoli (1981), *“a cidade adensava-se com estruturas de organização física e de serviços deficientes ou inexistentes e total descaso pelos espaços coletivos da população... As habitações multifamiliares proliferavam e adensavam-se sobre o mesmo lote urbano da antiga*

*habitação unifamiliar. Verticalizavam-se, mas a verticalização se fazia sempre sobre esses lotes, unidades resultantes de um resguardado conceito de parcelamento e propriedade. Essa rígida organização da paisagem espelhava a estrutura da tradicionalista da sociedade e seu pequeno grau de domínio sobre a condução de seus processos econômicos e políticos”.*

A eclosão de questão ambiental, tendo como marcos importantes as reuniões de Paris em 1968 e de Estocolmo em 1972, implicou em uma série de discussões sobre o pensar a paisagem sob a égide exclusiva da economia, especialmente quanto ao livre arbítrio dos países em tomar decisões de desenvolvimento inteiramente despreocupadas com a natureza vista, até então, como mera fornecedora de recursos para viabilizar planos de desenvolvimento urbanos e regionais. Não se tratava mais e apenas de cotejar a competência tecnológica da sociedade em alterar a natureza e a capacidade da natureza de resistir aos impactos da produção e do consumo: era preciso desnudar o conveniente mito da regeneração dos sistemas naturais e de sua resistência à atuação predatória do capitalismo; era preciso enfrentar a fragmentação do objeto de estudo da arquitetura – a cidade – em inúmeras dimensões aparentemente opostas e contraditórias, entre elas a da paisagem como registro histórico dos problemas sociais e ambientais emergentes no país e no mundo. E a isso se dispôs, prontamente, Miranda Magnoli, destacando, por meio do ensino e da pesquisa, a contribuição específica que a prática do projeto pode dar ao estudo dessas questões da paisagem.

A configuração da paisagem das cidades brasileiras naquele período – meados da década de 1970 – revelava já a desigualdade social e os conflitos entre produção e consumo, modernização e utilização de recursos, questões que, em sua essência política, revelavam a fraca participação da sociedade brasileira na construção de seu território.

Em termos de ensino, o novo, dentro desse enquadramento da questão, decorria muito mais do entendimento da paisagem como uma entidade espacial dependente da história política, econômica e cultural da sociedade, do que das tentativas tradicionais de entender sua organização sistêmica por sua divisão em unidades elementares e diferenciadas os quais privilegiavam aspectos fisiográficos em detrimento do significado social.

A década de 1980 seria particularmente reveladora, quanto à configuração da paisagem, do conflito entre o desenvolvimento econômico e a proteção ao ambiente e à qualidade de vida das populações.

O processo brasileiro de desenvolvimento naquele período, pelo próprio modelo adotado, sempre foi um importante patrocinador de impactos sobre o ambiente. A leitura dos planos nacionais de desenvolvimento elaborados pelo governo federal na década de 1970 deixava entrever como viriam a ser intensas e extensas as pressões desenvolvimentistas sobre as estruturas sociais e produtivas do país. As intenções, declaradas nesses planos, de realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do país, escorregavam na constatação de que as áreas envolvendo os locais dos grandes projetos programados pelo governo não eram nem mesmo mencionadas e seu desenvolvimento não era objeto de debates, nem ao menos como condição para a sustentação desses empreendimentos. A visão integrada entre a cidade e sua região de influência parecia não ocorrer na esfera governamental, na qual os planos de desenvolvimento tinham vínculos mais fortes com aspectos econômicos do que com aspectos sociais. E nem na esfera da sociedade civil, em que as reações à destruição e à dilapidação da paisagem, quando ocorriam, eram sempre pontuais e guiadas pela comunhão momentânea dos interesses de certos grupos sociais.

Os estudos da paisagem em escala regional propostos por Miranda Magnoli representaram importante contribuição para destrinchar, no plano teórico, as causas desse descompasso. Atuar criticamente sobre essa realidade exigia enfatizar o potencial do Paisagismo para discutir e agir na raiz das relações quase sempre conflituosas entre a natureza e a sociedade, não para embelezar

a *posteriori* escolhas territoriais equivocadas, mas para verificar a *a priori* possibilidades de uso e propor alternativas de intervenção que assegurassem estabilidade ambiental ao território. E para isso era preciso ampliar a base teórica das disciplinas oferecidas no currículo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e buscar um método específico de abordagem da paisagem capaz de responder a esses desafios.

A visão do Paisagismo brasileiro como possibilidade de harmonizar a obra humana e a condição natural constituiu uma formulação parcial da atuação profissional nas décadas de 1940 e 1950, condicionada por circunstâncias políticas e econômicas que, embora jamais difundidas pela totalidade do território, influenciaram decisivamente a proposta de programas de ensino e de pesquisa em escala nacional. Para Miranda Magnoli (1994), a atividade dos paisagistas nesse período esteve inscrita em uma *"definição ideológica da Arquitetura que distingue, seleciona entre todos os produtos humanos, alguns produtos especiais, que são privilegiados na consideração, que são criados por pessoas especiais, que são usados por pessoas especiais e que são julgados e discutidos em âmbito específico e especial"*. Mesmo quando, na década de 1970, a essa visão artística do Paisagismo veio somar-se a visão ambiental, enfatizando a paisagem como sistema vivo e alterando a escala de compreensão e atuação do Paisagismo, o quadro de criação, uso e julgamento especiais pouco se modificou. A superação dessa questão passou por uma reviravolta teórica iniciada com a preocupação de Miranda em construir um sistema interpretativo que permitisse não apenas avaliar a paisagem como produto, mas compreender seu processo de produção, elegendo, como parceira nessa busca, a geografia.

As articulações específicas entre as diversas variáveis que configuram o espaço, presença importante nos estudos de geografia, encontraram correspondência na procura de interação entre as formas visíveis da paisagem e a trama parcialmente invisível da estrutura social a qual, instável e dinâmica, redefine constantemente os valores que condicionam a atuação do Paisagismo.

A paisagem, objeto de estudo do Paisagismo, é uma integridade momentânea e visualmente sensível que nos informa sobre a articulação entre aspectos tangíveis, ou não, da realidade social. O Paisagismo atua sobre essa realidade por meio da produção de objetos e sofre a atuação da realidade pela paisagem na qual esses objetos se inserem. O que é passível de generalização e síntese, portanto, são as regras de funcionamento da sociedade total e não suas articulações localizadas, as intervenções projetuais, que apenas fornecem pontos de apoio para a construção de sistemas analíticos e interpretativos cuja finalidade última é o conhecimento dessa sociedade. Sensível como visualidade, a paisagem é uma apreensão surpreendente do real que, ao ganhar visibilidade, e só então, indica-nos intervenções e formas de organização que melhor possam contribuir para concretizar as alterações desejadas pela sociedade. As transformações na paisagem são inerentes à atividade social e o conjunto dessas transformações é obra dessa coletividade e não de algumas poucas pessoas especiais.

O Paisagismo se voltava para o estudo do singular, não como forma de generalização estética, mas como forma de acesso ao conhecimento da sociedade. A tarefa do paisagista deveria, então, transcender a simples proposição de jardins destinados a realçar os edifícios para se concentrar na análise e na crítica da paisagem em si.

Ao longo dos últimos 70 anos, o que aproximou Paisagismo e Arquitetura não foi apenas a adoção, pelo primeiro, do projeto como metodologia de representação, mas, principalmente, o caráter público que ele assumiu ao tratar as praças, parques e jardins como espaços acessíveis a todos, indiscriminadamente, desenhados e construídos para receber uso coletivo e para integrar, qualificados por esse uso, o universo dos valores sociais que distingue e marca o trabalho da arquitetura. E o avanço do Paisagismo continua intrinsecamente ligado às questões contemporâneas da arquitetura.

Insistir em autonomizá-lo em relação a ela não significa apenas uma tentativa de delimitar um campo de atuação profissional que pode se confundir, no mercado de trabalho, com outros tipos de atuação sobre a paisagem, mas trai, acima de tudo, uma concepção elitista do Paisagismo, aquela mencionada por Miranda Magnoli: a do produto especial, criado por pessoas especiais e usado por pessoas especiais, minimizando o caráter público dos lugares urbanos, objeto da atividade contemporânea do Paisagismo.

O maior sintoma dessa elitização está na profusão de lugares criados sob medida para sublinhar as diferenças sociais exatamente no lugar onde elas devem ser minimizadas, o espaço de uso público, forjando identidades meramente simbólicas ao trabalhar com a ausência de referências sociais objetivas.

Enquanto a vida se torna cada vez mais privada, pela censura implícita imposta ao uso coletivo daquilo que é público, essa confusão entre projeto e paisagem revela a intenção de aglutinar objetos sem conexão e sem raízes culturais, para criar a ilusão de que a desagregação social pode ser revertida por um suposto respeito às diferenças, respeito o qual nos abriria as portas para o mito da “inclusão social”.

É o Paisagismo a serviço da negação, na esfera do consumo, daquilo que se arma na esfera da produção das cidades: a violência, a segregação, a supressão dos direitos à saúde, ao trabalho, à educação, a espoliação cotidiana a que estamos todos sujeitos, seriam redimidos por uma espécie de ideologia da diversidade, um suposto respeito à individualidade cultural de pessoas as quais, reduzidas a simples coadjuvantes da realidade urbana, seriam compensadas dessa alienação pelo prazer estético de desfrutar de um padrão de consumo idealizado. “A lógica que aí se esconde, não é outra senão a da racionalidade sabidamente perversa do mundo da reprodução material da sociedade, para o qual o reforço das particularidades é a contrapartida da globalização.” (ARANTES, 1998)

Desvendar essa lógica constituiu o desafio a que se propôs Miranda no enfrentamento das marchas e contramarchas do cotidiano intrigante e desconfortável de nossas cidades. Seu entendimento da paisagem é o da construção efetuada diariamente pelo conjunto da sociedade, construção da qual o Paisagismo toma parte, propondo alternativas de uso e de qualificação de espaços coletivos democráticos e acessíveis. Outras formas de interpretar sua tarefa não passam de tentativas de restringir a participação de todos na conformação de seu ambiente de vida.

## Bibliografia

ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Arquitetura e linguagem: Investigação contínua. In: OLIVEIRA, A. C.; FECHINE Y. (Org.). *Visualidade, urbanidade e intertextualidade*. São Paulo: Hacker, 1998. p. 25-32.

MAGNOLI, Miranda. *Experiência de ensino de paisagismo para arquitetos na FAUUSP*. São Paulo: FAUUSP, 1981.

\_\_\_\_\_. Paisagem – Pesquisa sobre o desenho do espaço. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 1 e 2, p. 9-24, 1994.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: LAP/Fapesp/Via das Artes, 2006.